

Perspectivas para a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas

Carlos Alves do Nascimento¹

Sub-área: 14. Economia Agrária e do Meio Ambiente

Forma de apresentação: Sessões Ordinárias

RESUMO

Apoiado em informações processadas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992 a 1999 e 2001 a 2005), o presente trabalho desfaz a idéia de que as famílias rurais pluriativas encontram ambientes favoráveis ao seu crescimento em regiões com economias locais mais dinâmicas e modernas. Defende-se que, no caso da região Sul, o crescimento (ou o não crescimento) da pluriatividade – e sua influência sobre o conjunto da agricultura familiar – depende fundamentalmente de concepções e ações políticas (políticas públicas). No Nordeste, a pluriatividade cresce associada à pobreza no interior da região.

Palavras-chave: pluriatividade; pobreza rural; políticas públicas; famílias rurais; atividades rurais agrícolas e não agrícolas.

ABSTRACT

Based on information processing from the microdata of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (from 1992 to 1999 and from 2001 to 2005), the present paper aims to undo the idea that pluriactivity finds favorable environment to its growth in regions with dynamic and modern local economies. This paper also points out that, in case of the South region, the growth (or the not growth) of the pluriactivity – and its influence over the family farm – depends fundamentally on political conceptions and political actions. In the Northeast, the pluriactivity grows associated to the poverty in the interior of the region.

Key-words: pluriactivity; rural poverty; public policies; family farm; agricultural and non agricultural rural activities.

Introdução

No cenário atual de crise urbano-industrial (desemprego, superpopulação urbana, violência, poluição, etc.), provocada pelas transformações capitalistas ocorridas nas três últimas décadas, instituições e governos de países desenvolvidos passaram a compreender que políticas voltadas para o meio rural podem surtir reflexos positivos sobre o meio urbano. Sob esta compreensão os problemas urbanos passaram a ser vistos como problemas rurais, e vice-versa (GRUPO DE BRUGGE, 1996).

As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não agrícolas (no interior ou fora do estabelecimento rural), denominadas famílias

¹ Professor Adjunto do IE/UFU.

pluriativas (pluriatividade), encontram-se no palco das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural – este compreendido de forma ampla envolvendo também a questão sobre o futuro de toda a sociedade (rural e urbana).

Diante dessa nova realidade desafiadora, a pluriatividade passou a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns às áreas urbana e rural. A pluriatividade, por esse prisma, significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente, além da possibilidade de permanecer ligado à terra (e a uma atividade agrícola), uma maior estabilidade na reprodução familiar em face das incertezas do mercado de trabalho.

Dessa maneira, evitar-se-iam potenciais fluxos migratórios dessas populações para as áreas urbanas, cumprindo assim um duplo e simultâneo efeito: de um lado, seria evitado o risco de despovoamento de áreas rurais; e, de outro, como contrapartida do primeiro, seria evitado o amontoamento de pessoas nas periferias das médias e grandes cidades, atenuando a crise de desemprego destas.

Ademais, estudos mostram que, em termos comparativos, os níveis de renda e qualidade material de vida das famílias pluriativas têm se mostrado superiores aos das famílias exclusivamente agrícolas (PROJETO RURBANO)².

Convém ressaltar, todavia, que a importância da pluriatividade como um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, especialmente a partir dos anos 70, tem sido reconhecida, de forma crescente e diferenciada, pelas autoridades políticas e econômicas da União Européia (UE), em virtude da sua histórica preocupação em preservar a sua estrutura agrária baseada na agricultura familiar (HILL, 1984; FULLER, 1990; TOLOSANA e PERSIVA, 1992).

No Brasil, ao contrário, a pluriatividade só tem encontrado relativa importância entre alguns pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo tema – cuja origem remonta aos estudos dos *part-time farmers*, no contexto da modernização da agricultura na UE e da especialização produtiva do trabalho, os quais depois evoluíram para a noção de pluriatividade (KAGEYAMA, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003; NASCIMENTO, 2005a).

Contudo, não obstante essa discussão ser ainda muito recente no Brasil, cabe lembrar aqui que referido debate já começou, muito recentemente, a encontrar espaço em certas

² Diversos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Projeto Rurbano, que justificam esta afirmação, podem ser encontrados em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>

instituições públicas oficiais do país. Exemplo disso é que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) realizaram em Brasília, nos dias 23 a 25 de agosto de 2005, o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tinha como um dos painéis principais “*O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*”.³ No presente artigo, todavia, defendemos que os “caminhos” (de políticas públicas) propostos no referido Seminário – basicamente o fomento a atividades não agrícolas – para promover pluriatividade não necessariamente redundarão nesse objetivo, uma vez que a pluriatividade fica desfocada do seu ponto mais crítico, conforme buscaremos mostrar ao longo do presente texto.

Na UE, a pluriatividade é, a nosso juízo, claramente uma *construção política*, no sentido de que suas políticas agrícolas criam as condições necessárias para proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do tempo. O objetivo explícito, desde a origem da Política Agrícola Comum (PAC), no final dos anos 50, de preservar a estrutura agrária preexistente de caráter familiar, ao mesmo tempo em que a economia europeia se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra Mundial, criou as condições para configuração de uma verdadeira “cultura da pluriatividade” na Comunidade (NASCIMENTO, 2005b).

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só recentemente, meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a *agricultura familiar* como a *base social* sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país (CARNEIRO, 2000).

Contudo, diferentemente da PAC da UE, o PRONAF não tem a ambição de atingir todos os segmentos de agricultores familiares existentes no país, deixando de lado os estabelecimentos classificados como *periféricos* (AQUINO *et al.*, 2004). Além disso, mesmo para aqueles que são o seu público-alvo (os *em transição* e os *consolidados*), o Programa não tem sido bem-sucedido em atingir a todos, apenas a uma pequena parte deles e de forma discriminatória entre as regiões do país, desfavoravelmente à região Nordeste (embora tenha

³ É bem oportuno informar que, talvez como resultado dessa “chegada” da temática *pluriatividade* às instâncias públicas formuladoras de políticas para o meio rural, o próximo Censo Agropecuário, a ser realizado ainda neste ano de 2007, trará duas perguntas sobre pluriatividade abordando, ambas, acerca da participação do produtor agrícola (e/ou algum membro da família do produtor) em atividades econômicas (se agrícolas ou não agrícolas) fora do estabelecimento agropecuário, e se tais atividades são relevantes ou não para a renda familiar ou do estabelecimento.

tido um certo crescimento no número de contratos nos anos mais recentes nessa região), que abriga 50% da agricultura familiar nacional (SOUSA e VALENTE Jr., 2006).

Assim, a pretensa *base social* de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil fica cindida entre famílias de agricultores viáveis e famílias de agricultores inviáveis – do ponto de vista da orientação da sua produção para o mercado. O PRONAF se encarregaria dos primeiros e a pluriatividade poderia vir a ser – segundo o ponto de vista acadêmico – um instrumento de apoio para ambos os segmentos.

É nesse sentido que ganha relevo o estudo da pluriatividade neste trabalho. Ou seja, conforme mencionado acima, a pluriatividade é vista na literatura especializada como uma espécie de baluarte para a agricultura familiar (evitando o êxodo rural e a proletarização com empobrecimento), especialmente para aqueles segmentos mais desestruturados (descapitalizados, não integrados aos circuitos mercantis e produtivos, sem acesso a inovações tecnológicas, etc.). Nesses termos, o reconhecimento e o incentivo à pluriatividade podem representar uma importante alternativa de reprodução para os milhões de produtores familiares que povoam e estruturam as áreas rurais do país e que não têm a possibilidade de se tornar viáveis para o mercado.

Os problemas sociais (rurais e urbanos) – os quais a pluriatividade poderá enfrentar como uma forte aliada no esforço para sua resolução – são crescentes e, portanto, para a pluriatividade cumprir a função a ela atribuída deverá acompanhar mencionado crescimento. Assim sendo, é incoerente esperar que a pluriatividade contribua no esforço de reduzir o desemprego rural e de amenizar o drama social dele decorrente se ela apresentar um crescimento negativo – contrário à trajetória dos problemas que deve enfrentar. Dessa forma, a pluriatividade só servirá para um contingente de famílias rurais progressivamente reduzido, resultado que frustrará as expectativas em relação a ela.

A pluriatividade é um fenômeno social *encontrável* em todo o território nacional. Em cada subespaço territorial regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência (estática) da pluriatividade. No entanto, para abordá-la inserida na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua *dinâmica* em termos de tendência (evolução) com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras opções de políticas públicas para o rural – assim como também, nesses termos, faz-se importante conhecer a evolução dos demais tipos de famílias que estruturam as áreas rurais.

É nesse sentido que consideramos de extrema relevância investigar a *evolução* da pluriatividade em diferentes contextos regionais. Não pretendemos estudar suas especificidades enquanto categoria social diferenciada no meio rural. O estudo da pluriatividade em si mesma não é o objeto de investigação neste trabalho. A partir dessa compreensão, buscamos orientar a discussão proposta, realizando uma análise comparativa da evolução das famílias pluriativas entre as regiões Nordeste e Sul. Escolhemos essas duas regiões por duas razões elementares: primeiro, porque abrigam, juntas, aproximadamente 80,0% das famílias do universo da agricultura familiar nacional (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas); segundo, porque correspondem – Nordeste, de um lado, e Sul, de outro – a extremos resultantes da “modernização conservadora” da agricultura do país.

Além desta introdução, o texto encontra-se dividido em mais três partes: as duas primeiras tratam da análise dos dados empíricos sobre as trajetórias de crescimento ou de declínio da pluriatividade nas duas regiões analisadas (Nordeste e Sul), anos 1990 e anos 2001 a 2005; por fim, na terceira, serão tecidas as considerações finais.

Antes, porém, convém esclarecer que os *tipos de famílias* aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não ocupado)⁴ e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)⁵. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/UNICAMP).

As análises seguintes ficarão restritas ao conjunto de famílias ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’ residentes nas áreas rurais não metropolitanas denominadas *rural agropecuário*⁶. Justifica-se isso pelo fato de que para as regiões Nordeste e Sul todos os tipos

⁴ Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados.

⁵ Se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

⁶ As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusiva aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras, conta-próprias, assalariadas e não ocupadas) declararam residência, em sua grande maioria (uma média que varia entre 72,0% e 79,0%), nas áreas não metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas *rurais agropecuárias* que se concentraram as famílias rurais não metropolitanas (variando a proporção, na média, entre 85,0%, no total geral das áreas rurais não metropolitanas em cada uma das duas regiões em análise). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias conta-próprias e assalariadas (variando entre as regiões numa média de, ambas somadas, 84,0% do total de famílias), em 1999 (e em 2005 mantém-se essas proporções com variações inexpressivas).

Considera-se como o universo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de ‘empregadores’ (com até 2 empregados) e de ‘conta-próprias’ – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude de este trabalho se concentrar nos tipos ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’, nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias conta-próprias (agrícolas e pluriativas). As observações posteriormente realizadas sobre “agricultura familiar e pluriatividade” não ficarão comprometidas, já que o percentual de famílias⁷ de ‘empregadores com até 2 empregados’ sobre o total (‘empregador com até 2 empregados’ mais ‘conta-próprias’), na média das regiões aqui em análise (Nordeste e Sul), gira em torno de 4,5%, em 1999 (e 7,0%, em 2005). O que equivale a dizer que o percentual de famílias conta-próprias no universo da *agricultura familiar* gira em torno de 95,5% (1999) e de 93,0% (2005), isto é, um contingente altamente representativo das análises realizadas a seguir.

Finalmente, todas as informações empíricas são derivadas do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (PNAD/IBGE).

Análise dos resultados do processamento dos microdados da PNAD (1992-1999)

Comparando a evolução do contingente dos diferentes tipos de famílias pluriativas nordestinas com suas congêneres sulinas (Tabela 1), pode-se verificar que, a despeito da relativa estabilidade do período 1992/1999, no período 1995 a 1999 – período de intensificação da crise agrícola que recaiu sobre os pequenos produtores rurais, especialmente sulinos (conforme NASCIMENTO, 2005a) – houve crescimento significativo⁸ (8,5% a.a.) das

⁷ Famílias rurais agropecuárias não metropolitanas.

⁸ O qualificativo *significativo* concerne ao teste estatístico feito para verificar se a evolução dos dados (número de famílias) apresenta alguma tendência, de crescimento ou de queda. Dessa forma, sempre que for usado doravante esse qualificativo (representado pelos asteriscos que acompanham algumas taxas nas Tabelas) a

famílias conta-próprias pluriativas *intersectoriais*⁹ exclusivamente na região Nordeste. Na região Sul nenhum tipo de família conta-própria pluriativa (que faz parte do contingente da agricultura familiar da região) apresentou tendência positiva de crescimento, nos períodos 1992/1999 e 1995/1999; pelo contrário, quase todas as taxas de crescimento são negativas, ainda que algumas sejam não significativas (no sentido estatístico).

Tabela 1: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias segundo o local de domicílio e região: 1992/99 e 1995/99. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE	Sul	Nordeste		Sul	
	Mil fam	Mil fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	1999	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1799	671	1,6 **	-2,0 ***	1,9	-2,0 ***
Agrícola	1015	467	1,7	-2,9 ***	-0,4	-2,6 ***
Pluriativo	653	138	0,7	-2,2 **	5,4	-2,8
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	199	27	1,8	-4,0 ***	-0,5	-5,5 ***
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	455	109	0,5	-1,8	8,5 *	-2,5
Não-agricola	131	67	5,9 ***	9,4 ***	3,9	5,9
Assalariados	852	428	-0,1	3,2 ***	2,6 *	4,4 ***
Agrícola	462	185	-2,6 *	0,5	-4,8	1,3
Pluriativo	161	42	1,4	-1,0	16,9 *	-3,8
Não-agricola	230	201	5,8 *	7,6 ***	12,5 *	10,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

A Tabela 2, por sua vez, compara, respectivamente, a evolução (1995/1999)¹⁰, em termos de taxas de crescimento, e a proporção¹¹ das famílias *pobres* residentes nas áreas rurais agropecuárias das regiões Nordeste e Sul (com uma linha de pobreza correspondente à renda média familiar *per capita* de ½ s.m. em R\$ de set./1999)¹², em 1999. Pode-se ver que é no Nordeste que as famílias rurais agropecuárias conta-próprias (agricultura familiar) pobres pluriativas *intersectoriais* crescem significativamente (9,4%a.a.).

intenção será a de mostrar que os dados apresentam uma certa tendência estatística, de modo que nos casos em que as taxas de crescimento das Tabelas não estiverem acompanhadas de asteriscos significará que as mesmas não são estatisticamente significativas e, portanto, não representam nenhuma tendência – o que poderá ser traduzido, por conseguinte, como uma estabilidade dos dados.

⁹ A pluriatividade *intersectorial* é aquela em que a família tem pelo menos um membro ocupado em uma atividade agrícola e pelo menos outro ocupado em uma atividade não agrícola. Por sua vez, a pluriatividade *tradicional* consiste na família que concilia, entre seus membros, ‘trabalho agrícola por conta-própria com assalariamento agrícola’.

¹⁰ O deflator usado é o INPC (restrito), o mesmo índice deflator que é utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs. Importa notificar que optamos por considerar apenas a série 1995/1999 e desconsiderar os anos 1992 e 1993, para as tabelas de famílias *pobres*, com a intenção de evitarmos incorrer em erros graves, posto que parte do crescimento das rendas captado pelas PNADs de 1992 a 1995 se deve ao fato de que o deflator utilizado pode não ter captado adequadamente a inflação da época da implantação do Plano Real no ano de 1994.

¹¹ Proporção sobre o total de cada tipo familiar.

¹² O salário mínimo (s.m.) em set./1999 era de R\$ 136,00.

No Sul, diferentemente, a Tabela 2 evidencia basicamente a redução significativa (15,5%) do efetivo das famílias conta-próprias pluriativas tradicionais (agrícola *com* agrícola) pobres, segundo a linha de pobreza adotada. Considerando que a Tabela 1 mostrou que houve uma queda significativa das famílias conta-próprias pluriativas sulinas como um todo, pode-se cogitar que a pluriatividade não está evitando o aprofundamento da proletarização dessas famílias, na região Sul, uma vez que essas famílias não estão se tornando famílias conta-próprias pluriativas ‘não pobres’¹³, as quais apresentaram taxas negativas de crescimento, embora não significativas, conforme mostra a Tabela 3. Aquelas famílias podem estar deixando de ser conta-próprias e se tornando assalariadas.

Na região Nordeste o registro do crescimento significativo das famílias conta-próprias pluriativas *intersectoriais* pobres (Tabela 2), conforme já mencionado, indica que a pluriatividade não está contribuindo para retirar essas famílias de debaixo da linha de pobreza estipulada. Ou seja, a pluriatividade *intersectorial* ou *tradicional*, além de ser um sinal claro do processo de proletarização das unidades agrícolas familiares nordestinas, não está evitando o empobrecimento dessas famílias.

Tabela 2: Proporção, distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas *pobres* segundo o local de domicílio: 1992/99. (linha de pobreza: renda média per capita familiar de 1/2 s.m. em R\$ de set/1999) (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste	Sul	Nordeste		Sul	
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil fam pobres	% fam pobres s/ total	Mil fam pobres	% fam pobres s/ total
	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1999	1999	1999	1999
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1,7	-5,8 ***	1072	59,6	179	26,6
Agrícola	-1,1	-6,4 ***	616	60,7	151	32,4
Pluriativo	6,5	-4,7	392	60,1	18	13,1
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	1,1	-15,5 *	124	62,6	5	17,2
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	9,4 *	1,2	268	59,0	13	12,1
Não-agricola	2,7	2,1	63	48,4	9	13,7
Assalariados	2,3 *	1,6	570	66,9	129	30,2
Agrícola	-5,7	-0,9	324	70,1	82	44,3
Pluriativo	16,5	-1,3	105	65,3	9	20,9
Não-agricola	15,8 **	9,6 ***	141	61,4	38	19,1

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

¹³ As famílias não pobres da Tabela 3 são o resultado da diferença entre o total de famílias (de cada tipo) e as famílias pobres (segundo a linha de pobreza de 1/2 salário mínimo *per capita* familiar).

Tabela 3: Proporção, distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias *não pobres* segundo o local de domicílio: 1992/99. (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de 1/2 s.m. em R\$ de set/1999) (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste	Sul	Nordeste		Sul	
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total
	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1999	1999	1999	1999
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	2,2	-0,4	727	40,4	493	73,4
Agrícola	0,7	-0,5	398	39,3	315	67,6
Pluriativo	3,9	-2,6	261	39,9	120	86,9
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-2,8	-2,0	74	37,4	23	82,8
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	8,0	-2,7	182	41,0	97	87,9
Não-agrícola	4,9 *	6,6	68	51,6	58	86,3
Assalariados	3,2	5,7 **	283	33,1	299	69,8
Agrícola	-3,1 *	3,5	138	29,9	103	55,7
Pluriativo	17,8 ***	-4,2	56	34,7	33	79,1
Não-agrícola	8,0	10,2 ***	89	38,6	163	80,9

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

Em suma, no Sul a pluriatividade não está evitando o aprofundamento do processo de proletarização das famílias conta-próprias pobres – a sua conversão em famílias assalariadas; e, no Nordeste, a pluriatividade entre as famílias conta-próprias pobres não consegue reverter a combinação ‘proletarização *com* empobrecimento’ em ‘proletarização *com* superação do empobrecimento’ – ou seja, essas famílias se proletarizam, tornando-se pluriativas, permanecendo pobres.

Desse modo, podemos concluir que não basta a família agrícola se tornar pluriativa para deixar de ser pobre; tem que se tornar pluriativa numa região não pobre. Porém, se na região não pobre (ou menos pobre) predomina uma agricultura moderna que exclui pequenos produtores rurais, e se, na mesma região, existem redes urbanas com economias dinâmicas espalhadas pelo território regional, as famílias agrícolas (pobres ou não pobres) tenderão a se proletarizar tornando-se não agrícolas em vez de pluriativas. Esse é o caso da região Sul, que, na falta de políticas públicas compensatórias destinadas a evitar o abandono das atividades agrícolas “tradicionais” por parte dos pequenos produtores, está vendo esses pequenos produtores familiares se tornarem não famílias pluriativas, mas famílias não agrícolas ou de não ocupados – essa argumentação será melhor colocada mais adiante.

Na Tabela 4 pode-se notar as taxas de crescimento do contingente de famílias *pobres* da agricultura familiar (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas), segundo faixas de área dos estabelecimentos onde são exercidas as atividades agropecuárias. A Tabela 4 mostra que é na região Nordeste, e somente nela, que se observa que a pluriatividade *no agregado*, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, apresenta taxas de crescimento

positivas e significativas (no sentido estatístico). Mais ainda, vários tipos de famílias nordestinas pluriativas – especialmente o tipo *intersectorial* ‘agrícola com não agrícola’ – apresentam elevadas taxas positivas e significativas de crescimento, no período 1995/1999. Observe-se ainda que o crescimento significativo da pluriatividade nordestina no agregado se deve exclusivamente ao crescimento significativo das famílias pluriativas *intersectoriais*, em quase todas as faixas de tamanho de estabelecimentos, uma vez que a pluriatividade *tradicional* (agrícola com agrícola) permaneceu estabilizada, no mesmo período. No Sul, por sua vez, não se registra nenhum caso de crescimento significativo de famílias pobres no interior da agricultura familiar. Pelo contrário, todas as taxas significativas são de crescimento *negativo* na região Sul.

Mais uma vez, os dados estão apontando para a seguinte constatação: tanto a pluriatividade *intersectorial* como a *tradicional* no Nordeste, além de serem ambas sinais de proletarização dos produtores familiares, não evitam o empobrecimento das famílias rurais da região. Ou seja, a pluriatividade no Nordeste do Brasil não está cumprindo o papel de evitar a combinação entre proletarização e empobrecimento.

Tabela 4: Taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas de conta-próprias *pobres* segundo o local de domicílio e tamanho de estabelecimento. 1995/99 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de 1/2 s.m. em R\$ de set/1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)
	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
Nordeste							
total fam por faixa de área	-0,7	8,9 **	8,3	-3,5	-0,3	5,6 *	8,3
Agrícola	-4,1	7,5	4,2	-5,1	-3,4	3	4,2
Pluriativo	5,1	13,2 *	18,4 ***	-1,3	8,3 *	11,2 ***	18,4 ***
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-0,5	8,6	6,8	-8,6	3,1	3,3	6,8
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	8,4 *	13,2 *	22,2 ***	3,1	8,3 *	14,8 ***	22,2 ***
Sul							
total fam por faixa de área	-12,2 ***	-4,4 *	0,6	-	-15,5 *	-6,2 ***	0,6
Agrícola	-10,8 **	-5,1 **	0,5	-	-15,7 *	-6 ***	0,5
Pluriativo	-20,1 ***	4,1	-	-	-	-8,4	-
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-	-	-	-	-	-18,7 *	-
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	-15,2	4,1	-	-	-	-2,4	-

Nota: exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

As explicações plausíveis para esses resultados não são, nem poderiam ser, idênticas para as duas regiões em análise, Nordeste e Sul. No caso da região Nordeste, o crescimento da pluriatividade está associado ao atraso econômico da maior parte da região e à pobreza disseminada no interior da mesma. Quanto à região Sul, a tendência de declínio (ou de não crescimento) da pluriatividade pode ser explicada, em parte, por razões opostas às que dizem

respeito ao Nordeste – ou seja, não se deve ao atraso econômico, mas ao fato de ter uma economia regional mais rica e moderna, com atividades econômicas dinâmicas mais espalhadas pelo seu território¹⁴; não se deve ao predomínio de uma agricultura tradicional, mas a uma agricultura moderna e predominante na região – e, em parte, pelo desamparo de um largo segmento de pequenos produtores familiares no que respeita a políticas de incentivo à agricultura familiar.

Ao contrário da região Sul, onde predomina o modelo agrícola através do qual modernas tecnologias são aplicadas na agricultura (em todos os estratos de tamanhos, físicos e econômicos, de estabelecimentos, segundo pode ser visto em NASCIMENTO, 2005a), no Nordeste ainda predomina a prática de uma agricultura tradicional ou mesmo rudimentar (HOFFMANN, 1992; FIGUEIREDO e HOFFMANN, 1998). De uma maneira geral, a despeito da presença de certas ilhas de modernização de uma agricultura não tradicional como a agricultura irrigada nos “novos sertões” (MAIA GOMES, 2001), ainda é predominante o atraso tecnológico da agricultura da região Nordeste, *“mesmo quando se trata de unidades da Federação que apresentam condições edáficas propícias à exploração de vários tipos de culturas agrícolas e regime pluviométrico regular na maior parte da sua extensão territorial, como é o caso do Estado do Maranhão”* (SOUZA e KHAN, 2001).

É, em grande medida, essa situação de atraso tecnológico que explica a capacidade que a agricultura de subsistência tem para absorver a mão-de-obra excedente no campo nordestino. É sob essas condições que a pobreza se reproduz entre as famílias das áreas rurais da região. E é essa pobreza que induz as famílias a diversificarem suas atividades; porém, as possibilidades de diversificação de atividades existem, mas em economias locais (redes urbanas) também bastante precarizadas, de modo que não justifica a substituição de uma atividade (agrícola) por outra (não agrícola), uma vez que ambas são precárias¹⁵.

É, portanto, essa combinação de setores econômicos precarizados (geradores de ocupações e empregos também precarizados) que, do nosso ponto de vista, faz a pluriatividade crescer (e persistir crescendo) na região Nordeste, contrariamente ao que ocorre na região Sul. Ou seja, no Nordeste o enfrentamento das famílias rurais agropecuárias às

¹⁴ Santos (1993) e IPEA/IBGE/NESUR (2001) fornecem os argumentos que mostram o expressivamente maior dinamismo das redes urbanas no interior da região Sul, comparativamente à região Nordeste.

¹⁵ Através dos microdados do Censo Demográfico de 2000 é possível ver que entre 84,0% e 86,0% das famílias aqui analisadas encontravam-se residindo em municípios com menos de 50 mil habitantes. No caso do Nordeste, diferentemente do Sul, são esses os municípios que o estudo do IPEA/IBGE/NESUR (2001) *desprezou* por considerar que são municípios cujas características os desqualificam para efeito das análises das dinâmicas econômicas das redes urbanas regionais, assim como para a análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana (NASCIMENTO, 2005a).

condições de pobreza¹⁶ leva-as à diversificação de suas fontes de ocupação e renda em setores de atividade de baixo dinamismo econômico. Portanto, a pluriatividade resultante dessa luta cotidiana, recorrente, é uma pluriatividade que se adapta a uma realidade de pobreza. E é uma pobreza adaptativa às condições econômicas da região que secularmente se reproduz sem grandes saltos – pelo menos quanto aos seus efeitos irradiadores para o interior da região (CARVALHO, 2001). Nesse mesmo sentido, a pluriatividade, enquanto estratégia de sobrevivência nessa realidade de pobreza, também é adaptativa a essa economia estática (no sentido schumpeteriano), adaptativa à pobreza recorrente. Uma economia de numerosos pequenos municípios com uma pobreza generalizada (IPEA/IBGE/NESUR, 2001), marcados pela ausência de descontinuidades na sua dinâmica reprodutiva.

Desse modo, é essa longa continuidade, perpetuando o sistema econômico da região, com a predominância de grandes frações dos setores econômicos em estado precário (arcaicos, rudimentares), que faz crescer adaptativamente a pobreza entre as famílias da região e, junto com ela, a pluriatividade com que se confunde. Portanto, pluriatividade e pobreza andam de mãos dadas nas áreas rurais da região Nordeste.

Quanto à região Sul, as explicações para a tendência de declínio da pluriatividade nessa região podem estar associadas ao efeito da contradição inerente ao padrão hegemônico¹⁷ de produção agrícola presente na região Sul, cuja expressão mais importante – para os propósitos deste trabalho – reside na *redução do número de produtores familiares*, na medida em que o setor agrícola como um todo é pressionado a se ajustar para elevar a eficiência do seu sistema produtivo. Esse processo ocorreu com mais força nos anos 1990 em resposta à maior exposição à concorrência dos sistemas produtivos externos, provocada pela abertura da economia brasileira ao comércio internacional. Esse é o aspecto da “crise”¹⁸ agrícola que nos importa aqui realçar: a exclusão de parcelas de produtores familiares que não lograram acompanhar a nova rodada de modernização do aparato produtivo agrícola, exigida pelo ambiente mais hostil dos anos 1990.

Esse é um dos pontos centrais da argumentação que se segue neste trabalho, acerca da região Sul. Ou seja, a congruência entre uma agricultura moderna e uma economia que sistematicamente passa a ser regida por regras de mercado. Nesse novo ambiente regulatório, essa agricultura moderna que já havia se modernizado nas décadas anteriores, experimenta

¹⁶ Em torno de 65% dessas famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza definida pela renda familiar média *per capita* de ½ salário mínimo em R\$ de setembro de 1999.

¹⁷ Hegemônico porque difundido em todos os estratos de tamanhos de estabelecimentos, conforme mostrado em (NASCIMENTO, 2006).

¹⁸ Crise entre aspas porque importa reconhecer que além dos perdedores (pequenos produtores familiares) houve também ganhadores (produtores ligados ao agronegócio), conforme Nascimento (2005a).

mais uma rodada de modernização de sua estrutura produtiva, para se adequar prontamente ao novo ambiente econômico. Esse novo ambiente econômico sofre ainda outras alterações de nova ordem: não apenas os recursos da economia passam a ser alocados a partir de critérios de mercado, mas, paralelamente, a economia nacional se insere rapidamente na economia internacional, tanto pela ótica do comércio como pela esfera financeira. Esse conjunto de mudanças – a substituição relativa, embora substancial, do Estado pelas regras de mercado na orientação da melhor alocação dos recursos da economia, a inserção do país na economia internacional, especialmente via abertura comercial¹⁹ – leva a uma consequência que é por demais crucial para a compreensão da argumentação que será traçada adiante. Quer dizer, o conjunto dessas mudanças econômico-institucionais conduziu para um patamar mais elevado a *concorrência* entre os diferentes capitais agrícolas individuais, cuja consequência para muitos deles tem sido a saída do setor. Esse, a nosso ver, é o ponto que se encontra no cerne da crise agrícola que perpassou o campo brasileiro por toda a década de 1990, notadamente no período do Plano Real.

A crise agrícola é, portanto, a nosso ver, consequência e não causa do que estamos realçando; assim como também, por esse prisma, ela passa a ser uma causa apenas indireta explicativa da hipótese defendida neste trabalho – de existência de uma tendência de declínio da pluriatividade (e da agricultura familiar como um todo) na região Sul do país.

A verdadeira causa, a nosso juízo, que explica a tendência de declínio – ou, pelo menos, de empecilho ao crescimento – da pluriatividade no Sul do Brasil está associada justamente à existência de uma agricultura de racionalidade empresarial, tecnificada, especializada, empregadora intensiva de técnicas, máquinas e insumos modernos, cujas forças produtivas são organizadas não mais predominantemente pela “mão visível” do Estado brasileiro, mas de forma crescente pela suposta “mão invisível” do mercado.

A crise agrícola dos anos 90, na verdade, é tão-somente a expressão clara da contradição intrínseca a esse modo de produção agrícola regido predominantemente pelas forças do mercado. É próprio do modo capitalista de produção – na ausência da intervenção do Estado para atenuar seus efeitos – os produtores de mercadorias individuais “não reconhecerem outra autoridade além da *concorrência*, além da *coação* exercida sobre eles pela *pressão dos recíprocos interesses*, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos” (Marx, 1988: 408, lv. I, v. I; grifos nossos). É, portanto, no processo de concorrência – orientado substancialmente pelas normas de mercado – que se verifica a

¹⁹ Essas observações podem ser depreendidas da leitura de trabalhos como os de Villa verde (2001), Helfand e Rezende (2001), Gasques e Spolador (2003).

contradição entre o esforço frenético, de um lado, dos produtores agrícolas individuais por incorporarem inovações (produtos, processos, tecnologias) no interior de suas unidades produtivas (explorações agrícolas) e, de outro lado, a expulsão de parcelas de produtores individuais da participação da divisão do trabalho social (no que respeita ao âmbito do mercado), por não lograrem se ajustar às exigências da concorrência por aumento de eficiência produtiva (aumento de produtividade e redução de custos). Em outras palavras, quanto mais se acirra a concorrência entre os capitais individuais, tanto mais se acirra a necessidade por aprofundar o processo de modernização dos aparelhos produtivos, o que conduz a um processo inverso traduzido em redução do número de produtores aptos a permanecerem na corrida da modernização. Trata-se, portanto, de uma dinâmica sistematicamente seletiva a favor dos mais aptos, eficientes, capazes. Aos inaptos, resta a exclusão do mercado²⁰.

Essas são, portanto, as características centrais – de maior interesse para este trabalho – da década de 1990: uma considerável substituição do Estado pelos critérios de mercado na distribuição dos recursos e na condução da dinâmica do setor agrícola, a exposição dos produtores agrícolas nacionais à concorrência externa (mais moderna e subsidiada na origem) e a possibilidade de importar novas tecnologias (mecânicas, químicas, biológicas) a um menor custo cambial; sendo que a resultante final dessas forças tem sido, de um lado, o fortalecimento de uma base mais estreita de produtores altamente modernizados e, de outro, o alargamento da exclusão de parcelas de produtores que, a despeito do histórico descaso das políticas públicas destinadas ao meio rural, ainda se mantinham no âmbito da disputa por alguma fatia do mercado através de sua integração às cadeias do agronegócio, favorecidos que eram pela proteção contra a concorrência externa e pela ação do Estado, agora relativamente afastado.

A nosso ver, esse lado de exclusão de parcelas crescentes de produtores incapacitados a se modernizar está estreitamente associado à tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil. Por definição, só existe pluriatividade entre famílias (de conta-próprias e de assalariados) cujos membros conciliam entre si ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade intersetorial) ou entre famílias de conta-próprias em que algum membro se ocupa em outro estabelecimento agrícola por assalariamento (pluriatividade tradicional). Por essa razão, o crescimento do contingente das famílias pluriativas pressupõe o crescimento de famílias com algum membro ocupado em uma atividade agrícola ou, pelo

²⁰ As Tabelas apresentadas anteriormente mostram a redução do número de famílias sulinas de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) em estabelecimentos com menos de 100 hectares – mais detalhes sobre esse ajuste estrutural, ocorrido nos anos 90, ver em Nascimento (2005a).

menos, a preservação das famílias agrícolas que já existem e que passam a diversificar atividades em outros setores da economia (ou, no caso dos conta-próprias, a também se assalariar em outro estabelecimento), seja no comércio ou na indústria de transformação ou da construção, etc., tornando-se famílias pluriativas.

A interseção entre os dois conjuntos de ocupações (agrícolas e não agrícolas; agrícolas por conta-própria e agrícolas por assalariamento) não pode prescindir de nenhum deles, senão desfaz-se a interseção e, por conseguinte, a pluriatividade desaparece. Uma vez que é um traço comum do desenvolvimento econômico a perda de participação relativa das ocupações e empregos agrícolas no conjunto global das ocupações e empregos (agrícolas e não agrícolas) do sistema econômico²¹, consideramos de fundamental importância verificar a relação existente entre ocupações em atividade agrícola e a pluriatividade.

Com base nessa compreensão lógica formal, consideramos imprescindível associar a diminuição da pluriatividade na região Sul à diminuição do número de produtores familiares da região. E, dessa forma, os dados que aqui estamos expondo são essenciais para justificar nossa hipótese de que a possibilidade de crescimento da pluriatividade na região Sul acha-se comprometida.

Por esse prisma, queremos insistir numa idéia central deste trabalho que é a de que a tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil, assim como a tendência de crescimento da mesma na região Nordeste do país, não se devem a razões meramente conjunturais, senão a razões estruturais. A pobreza no Nordeste é um problema estrutural e que, por estar a pluriatividade intimamente imbricada a essa pobreza, deve ser tratada como resultante desse elemento estrutural. Da mesma forma, a tendência de declínio da pluriatividade na região Sul está ligada à questão de ser a sua agricultura moderna um dado estrutural (predominante nessa região²²), assim como também está associado à própria dinâmica econômica da região que também é outro elemento estrutural – diferentemente do que se poderia julgar, os processos de industrialização difusa (descritos por SCHNEIDER, 1999, para explicar a pluriatividade das famílias de alguns municípios da região Sul) e a malha de redes urbanas mais dinâmicas espalhada pelo território da região criaram, no nosso entender, juntamente com os demais fatores abordados, as condições *não* para o *crescimento* do número de famílias pluriativas (consoante supõe SCHNEIDER, 1999 e 2003), mas para o *crescimento* do contingente de *famílias não agrícolas* (Tabelas 1, 2 e 3).

²¹ Ver Lênin (1982).

²² Conforme Nascimento (2005a).

Reforçando as considerações até aqui tecidas, as Tabelas 5 e 6 apresentam taxas de crescimento das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, onde exercem as atividades agropecuárias, nos períodos analisados (1992/1999 e 1995/1999). Nessas tabelas, pode-se ver que, com exceção da faixa de ‘menos de 2 ha’, em todas as demais faixas é na região Nordeste que mais ocorrem expressivas taxas positivas e significativas (no sentido estatístico) de crescimento de diferentes tipos de famílias pluriativas – sobretudo, a pluriatividade *intersectorial* das famílias nordestinas –, em ambos os períodos abordados.

Tabela 5: Taxas de crescimento dos tipos de famílias de conta-próprias, segundo o local de domicílio e faixa de área. 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-próprias (agrícolas mais pluriativos)								
Nordeste								
Faixa de área	1,4	2,0 *	4,3 ***	5,9 ***	-4,6	-0,3	6,3 ***	6,9 *
Agrícola	0,5	2,6	4,6 **	6,7 ***	-6,7	-3,2	4,9	7,2
Pluriativo	2,6	0,9	3,9 *	4,0 ***	-1,5	7,9 **	9,1 **	6,9 **
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	3,8	6,1 ***	2,5	- -	-6,5	2,3	0,8	-4,2
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	1,9	0,9	4,8 *	3,3	1,5	7,9 **	12,9 **	11,3 *
Sul								
Faixa de área	-7,6	-6,8 ***	-2,8 ***	2,9 **	3,0	-9,0 **	-3,1 ***	5,3 *
Agrícola	- -	-8,6 ***	-3,3 ***	5,3 ***	- -	-9,7 **	-3,3 ***	7,6 **
Pluriativo	- -	-1,0	-1,0	-9,4 ***	- -	-7,0	-2,0	-8,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	- -	- -	-4,1 ***	- -	- -	- -	-7,0 ***	- -
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	- -	-1,0	-0,1	- -	- -	-7,0	-0,7	- -

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

No Sul, por sua vez, não se nota um único caso de crescimento da pluriatividade, em nenhum dos dois períodos analisados. Há registros de queda significativa (no sentido estatístico) da pluriatividade sulina total puxada tanto pela pluriatividade *tradicional* como pela pluriatividade *intersectorial* (Tabela 6). Em geral, as taxas de crescimento das famílias conta-próprias (agricultura familiar) sulinas são negativas. Observe-se, portanto, que a agricultura familiar sulina decresce em quase todos os estratos de área – exceto o de 100ha e mais²³ – e a pluriatividade não contribui para evitar essa tendência, pelo contrário. Ou seja, no Sul do país a pluriatividade tende a se reduzir juntamente com o conjunto da agricultura familiar da região.

Em relação à região Nordeste, ambas as tabelas mostram que, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos familiares, o contingente da agricultura familiar nordestina

²³ Homem de Melo (1999 e 2001), um dos autores em que nos apoiamos, considerar familiar os estabelecimentos com menos de 100 hectares.

total (conta-próprias agrícolas *mais* pluriativos) cresceu significativamente. Essa mesma observação pode ser feita em relação às famílias nordestinas pluriativas, especialmente a pluriatividade *intersectorial* ('agrícola com não agrícola'), em ambos os períodos em análise (1992/1999 e 1995/1999).

Tabela 6: Taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas de conta-próprias, segundo o local de domicílio e faixa de área. 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-próprias (agrícolas mais pluriativos)						
Nordeste						
Faixa de área	2,3 *	5,7 ***	5,9 ***	0,0	7,7 ***	6,9 *
Agrícola	2,0	6,0 ***	6,7 ***	-3,1	6,7 *	7,2
Pluriativo	2,7 *	5,0 *	4,0 ***	5,3	10,7 *	6,9 **
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	5,1 **	1,8	- -	0,4	-0,6	-4,2
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	1,8	5,0 *	3,3	8,0 *	10,7 *	11,3 *
Sul						
Faixa de área	-7,1 ***	-1,7 ***	2,9 **	-6,3 **	-2,5 **	5,3 *
Agrícola	-8,0 ***	-2,2 ***	5,3 ***	-6,8 ***	-3,0 **	7,6 **
Pluriativo	-4,7 ***	1,4	-9,4 ***	-5,1	-0,1	-8,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-8,7 ***	-2,8	- -	-5,3	-7,8	- -
Intersectorial (Agr. com Não-agric.)	-3,4 *	1,4	-9,4 ***	-4,8	-0,1	-8,3

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, Elaboração própria.

Primeiros anos do século XXI: mantém-se a tendência de não crescimento da pluriatividade no Sul do Brasil – 2001/2005

A Tabela 7²⁴ mostra que, do ponto de vista estatístico, a pluriatividade manteve-se, entre as famílias de conta-próprias (agricultura familiar), estável tanto no Nordeste quanto no Sul, no período 2001 a 2005. Nesse novo período de análise, continua em declínio o número de famílias conta-próprias agrícolas – o que pode também ser verificado nas Tabelas anteriores, notadamente na região Sul. Observa-se ainda que aumentou significativamente o contingente de famílias de assalariados nas duas regiões, o que pode sugerir que as famílias de conta-próprias agrícolas podem estar se convertendo (tendencialmente; sentido estatístico) em famílias de assalariados, e não em famílias pluriativas (Tabela 7).

²⁴ Convém esclarecer que o motivo pelo qual não fazemos uma série única (1992-2005) reside no fato de que o 'rural' das PNADs da presente década não é o mesmo da década de 1990. A cada Censo Demográfico (CD) o IBGE atualiza os limites urbanos dos municípios que foram sendo alterados ao longo de cada década precedente, de modo que o CD 2000 efetuou tal correção e as PNADs da presente década passaram a adotar os novos limites das áreas censitárias.

Por outro lado, observando-se o comportamento da agricultura familiar das duas regiões de uma forma mais desagregada, por faixas de tamanho de estabelecimentos, pode-se ver na Tabela 8 que apenas a região Nordeste apresenta taxa positiva de crescimento significativa da pluriatividade – e, note-se, que esse crescimento ocorreu no estrato de tamanho dos estabelecimentos de menos de 20 hectares, o que reforça as observações feitas na seção anterior acerca da relação entre famílias nordestinas pobres e crescimento da pluriatividade, sugerindo que, no Nordeste, parte das famílias agrícolas tenha se convertido em famílias pluriativas, o que não é o que os dados sugerem em relação ao Sul (considerando a tendência estatística). A pluriatividade decresce significativamente apenas no estrato superior (100ha e mais), estrato de área que abriga a menor proporção de unidades familiares, nas duas regiões – 2,9% em cada. No Sul, nos demais estratos a pluriatividade permaneceu estável (sentido estatístico), conforme já mencionado.

Tabela 7: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio e Regiões, 2001-2005. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	2005	tx cresc. (% aa.)	2005	tx cresc. (% aa.)
		2001/2005 ^a		2001/2005 ^a
NÃO METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-Própria	1513	-0,7	669	-1,0
Agrícola	771	-3,1 *	446	-3,0 ***
Pluriativo	603	1,3	170	3,9
Não-agrícola	139	8,0 *	53	2,1
Empregados	952	4,2 ***	363	2,8 ***
Agrícola	620	3,6 **	154	2,1
Pluriativo	122	5,1 **	46	0,9
Não-agrícola	211	5,4	164	4,2
Não-ocupado na semana	362	2,8	123	0,0
TOTAL	2934	1,3 ***	1232	0,5 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano

Tabela 8: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio, faixas de tamanho de estabelecimento e Regiões, 2001-2005. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	2005	tx cresc. (% aa.) 2001/2005 ^a	2005	tx cresc. (% aa.) 2001/2005 ^a
NÃO METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-própria				
Menos de 20ha	1004	-0,2	374	-1,2
Agrícola	599	-2,4	273	-3,3 **
Pluriativo	405	3,6 **	101	5,7
De 20ha a menos de 100ha	165	-3,0	184	-1,6
Agrícola	95	-4,8	145	-2,6 *
Pluriativo	70	-0,3	39	2,5
De 100ha a mais	35	-8,9	17	-3,2
Agrícola	23	0,0	13	-1,1
Pluriativo	12	-18,8 **	4	-10,1 *
TOTAL	1204	-0,9	575	-1,4

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano

A referida estabilidade da pluriatividade na região Sul pode ser entendida como um reflexo de todas as transformações ocorridas no setor. Referimo-nos às transformações sofridas pelo setor agrícola em função dos efeitos provocados pelas mudanças nas políticas macroeconômicas nos anos 80 e 90, assim como também na mudança de postura do Estado no que concerne à sua intervenção na política para o setor, conforme tratado anteriormente. Em linhas mais gerais, as mudanças ocorridas nas políticas macroeconômicas e na forma de intervenção do Estado no setor desencadearam um processo de aprofundamento da dinâmica interna própria do modelo de agricultura moderna predominante na região Sul, conforme já mencionado.

Esse modelo de agricultura moderna comporta uma contradição que lhe é imanente: por um lado, libera, em decorrência dos aumentos de produtividade, força de trabalho no interior de uma certa parcela das unidades familiares agrícolas para se ocupar em outros setores da economia, provocando, dessa forma, como resultante do processo, a proliferação de casos de famílias pluriativas. Mas, por outro turno, esse modelo agrícola não oferece, assim como ocorre em qualquer outro setor produtivo da economia capitalista, espaço, simultaneamente, para todos os produtores familiares. Isso significa que em um determinado horizonte de tempo do desenvolvimento das forças produtivas no interior da agricultura, cada vez menos produtores familiares lograrão permanecer participando da dinâmica do *hard core* dos circuitos produtivos e de comercialização. Adicionando a essa redução do número de produtores familiares selecionados o possível abandono das atividades agrícolas tradicionais, por parte dos não selecionados, reduz-se também o número de famílias pluriativas.

Esse processo não implica um automático e inexorável abandono do setor pelas famílias pluriativas e agrícolas “ineficientes”, seguido de sua conversão em famílias não agrícolas ou de não ocupados. Essa é uma questão que dependerá do grau de dinamismo econômico dos entornos rurais (as economias locais²⁵). Para os produtores familiares descapitalizados e incapacitados de competir por um espaço no mercado, se o entorno rural (as redes urbanas) que os envolve for dinâmico do ponto de vista não agrícola, pode-se supor, então, haver uma plausível tendência de parte dessas famílias tornar-se famílias não agrícolas (esta é a explicação que damos para o caso da região Sul, notadamente nos anos 90). No caso de as redes urbanas circunvizinhas às áreas rurais (economias locais) não serem dinâmicas o suficiente para oferecer oportunidades ocupacionais não agrícolas capazes de incentivar a substituição das atividades agrícolas ineficientes, nesse contexto sim essas famílias tenderão a se tornar cada vez mais pluriativas (julgamos ser esse o caso que explica o crescimento da pluriatividade no seio da pobreza da região Nordeste), por uma questão de natural estratégia de sobrevivência.

A contradição interna desse modelo agrícola desnuda-se visivelmente nos momentos de crise do setor. Ou seja, em tais momentos acirra-se a luta entre os diferentes capitais privados individuais por fatias do mercado – como é o caso dos anos 90 no Brasil, influenciado pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado, implicando exacerbação da concorrência externa –, cuja resultante é o aumento da produtividade daquelas unidades com maior capacidade de reação ao novo ambiente econômico adverso – e, por meio desse processo, possibilita-se, em tese, a criação de mais casos de pluriatividade no interior das unidades familiares agora mais produtivas. Porém, a outra face do mesmo processo refere-se ao ajuste estrutural das unidades produtivas em que aquelas que não lograram adaptar-se às novas condições de concorrência, ou aceitarão permanecer no setor marginalizadas do processo, com rendimentos da exploração inferiores ao que obtinham em outra situação, ou abandonarão de vez o mesmo – e, entre estas, podem estar muitas famílias pluriativas que deixarão de sê-lo.

Isso não significa que, de outro modo, nas conjunturas mais favoráveis ao setor²⁶ – como é o caso do período que estamos tratando nesta seção (2001-2005) – a mencionada contradição interna ao modelo agrícola deixe de existir. Na verdade, ela sempre estará presente, mantidas as condições predominantes (agricultura moderna organizada por critérios

²⁵ No caso do Nordeste, um entorno rural precarizado resulta em mais pluriatividade. No Sul, que comparativamente ao Nordeste, possui redes urbanas mais ricas, entendemos que o referido processo resulta em mais famílias não agrícolas, em contrapartida de menos famílias agrícolas e pluriativas.

²⁶ Comparativamente aos anos 90, considerados os elementos levantados na seção anterior.

privados de eficiência, etc.), especialmente numa economia globalizada como a brasileira. O que ocorre é que uma conjuntura favorável atenua a força interna da contradição inerente a esse modelo de produção agrícola, de modo que uma parcela mais larga dos produtores familiares se beneficia do ambiente menos conflitivo.

Nesses termos, a explicação da relativa estabilidade da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar na região Sul, no período 2001-2005, passa por esta análise. Três elementos conjugados entre si contribuem para essa estabilidade. Os três se complementam. O primeiro diz respeito à inflexão no regime cambial a partir de 1999, revertendo o impacto negativo que o regime anterior provocava sobre o desempenho da agricultura. O novo regime cambial passou a funcionar como uma proteção, contra a concorrência (em comparação aos anos 90), para um leque maior de produtores familiares, particularmente em relação aos produtores sulinos. O segundo elemento concerne ao efeito resultante do processo de ajustamento da estrutura produtiva agrícola, tornando-a mais eficiente à medida que selecionou os mais capazes a permanecerem na disputa no mercado (mais globalizado) – processo esse que se desenrolou ao longo das duas últimas décadas – de forma mais aprofundada na década de 1990. Entendemos que o efeito resultante levado a cabo pelo ajuste estrutural das unidades produtivas na região Sul possui o significado de que o conjunto de produtores rurais que foram selecionados (que puderam se proteger) durante a crise dos anos 90 iniciou a presente década com mais possibilidades de preservação da sua capacidade de reprodução social. Alia-se a essa condição estrutural a conjuntura macroeconômica mais favorável (o primeiro elemento), que não está exercendo pressão, pelo menos não na mesma intensidade exercida nos anos 90, por novos ajustes na estrutura produtiva do setor, traduzindo-se em uma menor pressão à (tendência de) expulsão de mais agricultores do setor. Por último, e não menos importante, em absoluto, no período em questão houve um aumento do número de contratos e valores do PRONAF apropriados pela região Sul (FARIA, 2006), de modo que esse dado pode indicar a existência de um efeito “amortecedor” sobre a tendência de abandono, por parte dos pequenos produtores familiares, potenciais beneficiários do PRONAF, das suas tradicionais atividades agrícolas – fato este que pode favorecer a pluriatividade (no caso do Sul, inibindo – ou até mesmo tendendo a inverter, caso o PRONAF continue ampliando seu alcance – a tendência ao declínio da pluriatividade, conforme foi largamente registrado nos anos 90).

Dentro dessa lógica de análise, consideramos plausível supor que, dada a permanência latente da referida contradição no interior do modelo agrícola disseminado na região Sul do país (muito mais do que na região Nordeste), a alteração das condições macroeconômicas (e a

não ampliação do alcance de Programas como o PRONAF) poderá acirrar o movimento contraditório intrínseco à estrutura agrícola predominante na região Sul, e novamente os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD virem a registrar a continuidade do processo de redução da base familiar (particularmente, das famílias pluriativas) de produção agrícola sulina.

Considerações finais

Em um outro trabalho (NASCIMENTO, 2005b) procuramos enfatizar a importância fundamental que teve a preservação de inúmeros pequenos estabelecimentos agrícolas (ineficientes para enfrentar o mercado) na União Européia, através da sua Política Agrícola Comum, para a configuração de casos crescentes de pluriatividade (crescimento considerado *sustentável* pelo ARKLETON TRUST, 1992). No Brasil, como jamais houve uma política agrícola com esse conteúdo *social* abrangentemente suficiente, o declínio (ou o não crescimento) da pluriatividade em regiões modernizadas (região Sul, com perfil socioeconômico mais próximo da UE do que do Nordeste brasileiro) torna-se evidente, especialmente em momentos de crise no setor agrícola.

Concordamos plenamente com a análise de que os processos de industrialização difusa ocorridos no interior da região Sul – anteriormente aos anos 1980 – convergiram, em combinação com as características da agricultura camponesa da região, para a proliferação de casos de famílias rurais pluriativas (SACCO DOS ANJOS, 1995; SCHNEIDER, 1999). Contudo, as informações fornecidas e as ponderações tecidas no presente trabalho nos levam a crer que as próprias condições econômicas criadas pela industrialização difusa, no tocante às redes urbanas dessa região, juntamente com o efeito do aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura dessa região, *não* mais conduzem as famílias rurais a se tornarem pluriativas, senão a se tornarem progressivamente famílias não agrícolas. Essa é a tendência que se poderá esperar também para a região Nordeste caso esta venha a passar por um processo de “modernização conservadora” semelhante à que a região Sul experimentou.

Em suma, a relevância dessas considerações todas reside em que se a sociedade brasileira considerar importante elaborar políticas para fomentar de maneira *sustentável* mais casos de pluriatividade, a fim de esta servir de instrumento para combater o desemprego rural e urbano (e para segurar a população rural em seu local de origem) e para a revitalização das economias locais e de sua sociabilidade, não será apenas fomentando ORNAs²⁷ que aquele objetivo será alcançado. Poderá resultar simplesmente em mais crescimento de famílias rurais

²⁷ Ocupações rurais não agrícolas (ORNAs).

não agrícolas – não que esse resultado não seja desejável, pelo contrário, uma vez que essa também poderá vir a ser perfeitamente outra alternativa da sociedade, que também poderá ser forte aliada na resolução dos problemas contemporâneos. Contudo, a questão aqui diz respeito a que se a sociedade quiser apostar em um crescimento da pluriatividade como uma das formas de enfrentamento do desemprego rural-urbano e de desafogo das cidades, tem-se que incentivar (por meio da ampliação, por exemplo, do alcance do PRONAF) a permanência da população com alguma atividade agrícola – evitando seu paulatino abandono das atividades agrícolas “tradicionais” –, além de lhe proporcionar mais oportunidades ocupacionais *não agrícolas*.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. (2004). Pronaf: política agrícola discriminatória?! *IX Encontro Nacional de Economia Política – ENEP* (CD-ROM). Uberlândia, MG.
- ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.
- CARNEIRO, M. J. (2000). Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes), v.4.
- CARVALHO, F. F. (2001). *Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)
- FARIA, F. F. (2006). *Distribuição de crédito para agricultura familiar: um estudo do pronaf a partir de um indicador de desenvolvimento rural*. Uberlândia: IE/UFU (dissertação de mestrado).
- FIGUEIREDO, N. M. S.; HOFFMANN, R. (1998). A dinâmica da modernização da agricultura em 299 microrregiões homogêneas do Brasil: 1975, 1980 e 1985. *ANAIS do XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*. Poços de Caldas: SOBER, pp. 439-450.
- FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. N. 6 (4), pp. 361-373.

- GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. (2003). Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura. *Texto para Discussão*, n. 952. IPEA: Brasília.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, 1).
- GRUPO DE BRUGGE (1996). *Por um Cambio Necesário em la Agricultura Europea*. Córdoba (Espanha), IESA, 69p.
- HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. (2001). Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas, in: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] (2001). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 539p.
- HILL, B. F. (1984). *The Common Agricultural Policy: Past, Present and Future*. London, Methuen.
- HOFFMANN, R. (1992). A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.30, n.4, pp.271-290.
- HOMEM DE MELO, F (1999). Os feitos negativos da Política Cambial sobre a agricultura Brasileira. *Economia Aplicada*, São Paulo (nº especial): 35-46 (março).
- HOMEM DE MELO, F. (2001). A década de 90 e o desempenho da agropecuária brasileira. *Informações Fipe*, n. 243, pp. 20-23.
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA. v. 4, 263p. (Série de 6 volumes)
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA. v. 6, 206p. (Série de 6 volumes).
- KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.
- LÊNIN, V. I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas)
- MAIA GOMES, G. (2001). *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA. 326p.
- MARX, K. (1988). *O Capital*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, lv. I, vl. I.
- MATTEI, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)
- NASCIMENTO, C. A. (2006). A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória, ES: SEP.

- NASCIMENTO, C. A. (2005a). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas: IE/UNICAMP. (tese de doutoramento)
- NASCIMENTO, C. A. (2005b). A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 2 (25), p. 263-286, jul./dez.
- REZENDE, G. C. (2003). *Estado, Macroeconomia e Agricultura*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (Coleção estudos rurais), 246p.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1994). A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários da Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL. 169p.
- SACCO DOS ANJOS, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 374p.
- SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC.
- SCHNEIDER, S. (1999). *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 205p
- SCHNEIDER, S. (2003). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 354p.
- SOUZA, R. F.; KHAN, A. S. (2001). Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.39, n.2, abr./jun., pp.81-104.
- SOUSA, J. M. P.; VALENTE Jr., A. S. (2006). Análise das liberações dos recursos do pronaf – descentralização das aplicações do crédito rural?. *Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER* (CD-ROM), Fortaleza-CE.
- TOLOSANA, A. O.; PERSIVA, E. M. (1992). Estrategia de adaptacion de pequenas explotaciones em el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial em um área de montaña. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n. 16, jul/sep.pp. 99-122.
- VILLA VERDE, C. M. (2001). Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos, in: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] op. cit..